

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores da  
**COMUNIDADE TERAPEUTICA SÓ POR HOJE**  
São José do Rio Preto - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMUNIDADE TERAPEUTICA SÓ POR HOJE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria com ressalva.

### **Base para opinião com ressalva**

A entidade não possui controle físico e contábil dos bens registrados do ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro 2012 a contrapartida da provisão para contingências está registrada no ativo circulante no montante de R\$ 231.315, no entanto a contabilização deveria ser diretamente no resultado.

### **Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Bases para a opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMUNIDADE TERAPEUTICA SÓ POR HOJE** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Ênfase

A Resolução 1.409 do Conselho Federal de Contabilidade de 21 de setembro de 2012 instituiu o ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Essa Resolução entrou em vigor na data de sua publicação (27.09.2012), aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012. Esta Interpretação (ITG 2002) estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação contábil, de reconhecimento contábil das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. Foram observados todos os itens da ITG 2002 – norma contábil que trata das Entidades sem Finalidade de Lucros, e quando aplicáveis foram reconhecidos na contabilização e na elaboração das peças contábeis da Entidade, conforme entendimento e interpretação dos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis.

São Paulo, 29 de abril de 2013.

## COMUNIDADE TERAPEUTICA SÓ POR HOJE

### Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 Em Reais

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição		7.404	-
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		1.537	23.099
Aplicações financeiras – com restrição	03	480.606	338.851
Recursos a receber – Convênios	04	708.399	579.015
Estoque		13.928	-
Outros ativos circulantes		231.315	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>1.443.189</u></b>	<b><u>940.965</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado líquido	05	79.509	106.282
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b><u>79.509</u></b>	<b><u>106.282</u></b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>1.522.698</u></b>	<b><u>1.047.247</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COMUNIDADE TERAPEUTICA SÓ POR HOJE

### Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 Em Reais

---

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		340	1.324
Obrigações fiscais		8.880	15.004
Provisão de Receitas futuras		708.366	579.015
Obrigações trabalhistas		162.175	143.178
Cheques a compensar		136.236	144.370
<b>Total do passivo circulante</b>		<b><u>1.015.997</u></b>	<b><u>882.891</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisão para contingências	06	<u>231.315</u>	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b><u>231.315</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>			
Patrimônio Social		<u>275.386</u>	<u>164.356</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>275.386</u></b>	<b><u>164.356</u></b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b><u>1.522.698</u></b>	<b><u>1.047.247</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COMUNIDADE TERAPEUTICA SÓ POR HOJE

### Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

Em Reais

	Nota	2012	2011
<b>RECEITAS</b>			
Projetos e convênios	07	4.854.567	3.803.868
Doações e Contribuições		125.823	113.897
Trabalho voluntário	12	46.357	-
Outras receitas não operacionais		65.017	26.545
<b>Total das receitas</b>		<b>5.091.764</b>	<b>3.944.310</b>
<b>DESPESAS</b>			
Despesas C/Pessoal		(3.075.641)	(2.869.326)
Despesas Administrativas e gerais		(1.822.687)	(1.341.503)
Despesas Tributárias		(1.896)	(3.817)
Despesas de depreciação		(29.308)	(17.198)
Trabalho Voluntário	12	(46.357)	-
Outras despesas operacionais		(24.257)	-
<b>Total das despesas</b>		<b>(5.000.146)</b>	<b>(4.231.844)</b>
<b>Superávit/(déficit) operacional</b>		<b>91.618</b>	<b>(287.534)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras		30.042	46.269
Despesas financeiras		(10.630)	(12.019)
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>19.412</b>	<b>34.250</b>
<b>Superávit/(déficit) do exercício</b>		<b>111.030</b>	<b>(253.284)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COMUNIDADE TERAPEUTICA SÓ POR HOJE

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 Em Reais

---

	Patrimônio social	Superávit (déficit) Acumulados	Total
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>		<b>417.640</b>	<b>417.640</b>
Superávit do exercício		(253.284)	(253.284)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>		<b>164.356</b>	<b>164.356</b>
Transferência para Fundo social	164.356	(164.356)	
Superávit do exercício		111.030	111.030
Transferência para Fundo social	111.030	(111.030)	
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>275.386</b>	-	<b>275.386</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **COMUNIDADE TERAPEUTICA SÓ POR HOJE**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011  
Em Reais**

---

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Associação é uma entidade civil de direito privado com fins não econômico e tem por objeto e fins:

- I. Prestar atendimento, serviços, ações assistenciais e outras, de forma continuada, gratuita, permanente e planejada aos usuários de substâncias psicoativas e a quem deles necessitar;
- II. Prestar serviços, executar programas ou projetos em forma de Proteção Social Básica ou Proteção Social Especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social;
- III. Manter trabalho de prevenção e em regime de residência para usuários de substâncias psicoativas e seus familiares;
- IV. Participar de ações e campanhas de prevenção do uso indevido de drogas;
- V. Firmar convênios e parcerias com os Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal, entidades privadas, assistenciais e outras.

### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

### **RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a) Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

## **b) Apuração da receita e despesas do exercício**

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

## **c) Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

## **d) Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

## **e) Ativos circulantes e não circulantes**

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

### **Imobilizado**

A entidade não possui controle físico e contábil do ativo imobilizando.

### **Redução ao valor recuperável**

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2012.

## **Reconhecimento de receita**

As receitas provenientes de doações e contribuições espontâneas são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

### **f) Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

### **Provisões**

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **g) Gratuitades Concedidas**

Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10.

### **h) Doações**

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

### **i) Aplicação de recursos**

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

### 3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO

	2012	2011
Fundos de Investimentos	-	93.789
Certificado de Depósitos Bancários	194.963	198.483
Poupança	285.643	46.579
<b>Total</b>	<b>480.606</b>	<b>338.851</b>

### 4. RECURSOS A RECEBER – CONVÊNIOS

	2012	2011
Recursos a receber	708.399	579.015
<b>Total</b>	<b>708.399</b>	<b>579.015</b>

Compreendem valores a receber pertinentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2013, cuja contrapartida está contabilizado no “Passivo Circulante”.

### 5. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Anual</u> %	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
		<u>31.12.2011</u> R\$				<u>31.12.2012</u> R\$
<b><u>Custo</u></b>						
Veículos	20	71.101	-	-	-	71.101
Móveis e utensílios	10	25.761	1.585	-	-	27.346
Computadores e periféricos	20	12.635	950	-	-	13.585
Máquinas e equipamentos	10	13.983	-	-	-	13.983
<b>Total</b>		<b>123.480</b>	<b>2.535</b>	-	-	<b>126.015</b>
<b><u>Depreciação Acumulada</u></b>						
Veículos		(10.220)	(21.145)	-	-	(31.365)
Móveis e utensílios		(2.576)	(2.709)	-	-	(5.285)
Computadores e periféricos		(3.004)	(4.056)	-	-	(7.060)
Máquinas e equipamentos		(1.398)	(1.398)	-	-	(2.796)
<b>Total</b>		<b>(17.198)</b>	<b>(29.308)</b>	-	-	<b>(46.506)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>106.282</b>	<b>(26.773)</b>	-	-	<b>79.509</b>

## 6. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade responde por processos judiciais que envolvem responsabilidades contingenciais. Em 31 de dezembro de 2012 a Administração da Entidade com base na opinião de seus consultores legais, optou em constituir provisão no montante de R\$ 231.315.

## 7. PROJETOS E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Durante os exercícios de 2012 e de 2011 a entidade recebeu subsídios através de projetos e convênios firmados com órgãos estaduais, municipais e cujos valores contabilizados em receitas, representam:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Fundação Casa – Estadual	2.227.907	1.494.470
Projeto Prisma - Estadual	136.800	136.800
Projeto casa Lar	170.128	145.267
Projeto Cara	213.407	200.288
Projeto Prisma – Municipal	80.848	67.829
Projeto CMDCA	-	15.000
Projeto CONDECA	-	199.977
Projeto Votorantim	119.940	149.988
Fundação Casa – Tanabi	1.905.537	1.394.249
<b>Total</b>	<b><u>4.854.567</u></b>	<b><u>3.803.868</u></b>

## 8. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores Recebidos em 2012 R\$	Valores Aplicados em 2012 R\$	Saldo de ativo R\$
Municipal	Projeto Cara	Realizar serviço especializado em abordagem social	213.407	209.320	4.087
Municipal	Projeto Casa Lar	Desenvolver atividades de proteção social especial de alta complexidade, para crianças e adolescentes, em situação de risco social, cujos vínculos familiares estão fragilizados	147.377	140.043	7.334
Estadual	Projeto Casa Lar	Desenvolver atividades de proteção social especial de alta complexidade, para crianças e adolescentes, em situação de risco social, cujos vínculos familiares estão fragilizados.	26.000	18.684	7.316
Municipal	Projeto Votorantim	Oferecer atendimento especializado a crianças/adolescentes de ambos os sexos e usuários de substâncias psicoativas, que se encontram moradores de rua e autores de ato infracional e em risco social e pessoal	119.939	95.421	24.518
Municipal	Projeto Prisma N. 004-2010	Atender adolescentes/jovens inseridos na medida socioeducativa preconizada no art 112 (IV) ECA, bem como seus familiares, na perspectiva de romper com o envolvimento em ato infracional e criar oportunidades para a construções de um novo projeto de vida	30.630	30.408	222 Valor devolvido em 2012
Municipal	Nº077-2012		50.219	49.662.	557 - Valor devolvido em 2012
Estadual	Projeto Prisma Nº004-2010	Atender adolescentes/jovens inseridos na medida socioeducativa preconizada no art 112 (IV) ECA, bem como seus familiares, na perspectiva de romper com o envolvimento em ato infracional e criar oportunidades para à construção de um novo projeto de vida	57.000	52.659	4.341 - Valor devolvido dentro do exercício 2012
Estadual	Projeto Prisma Nº 077-2012		79.800	68.599	11.241 - Valor devolvido em 2012
Estadual	Fundação Casa Tanabí	Atendimento ao adolescente cumprindo medida socioeducativa em privação de liberdade	1.905.538	1.868.594	36.944
Estadual	Fundação Casa Mirassol	Atendimento ao adolescente cumprindo medida socioeducativa em privação de liberdade	1.734.662	1.768.256	
<b>Total</b>			<b>4.364.572</b>	<b>4.301.646</b>	<b>96.560</b>

## 8.1. APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS

Em atendimento a ITG 2002 a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores Recebidos em 2012 R\$	Valores Aplicados em 2012 R\$
Recursos próprios	Projeto DOAR	Realizar mobilização e captação de recursos em prol da instituição, por meio de atividades geradoras de recursos, tais como: doações por meio de sócios contribuintes, contribuições voluntárias, eventos, doações em espécie, voluntários para desenvolvimento de oficinas profissionalizante, recursos advindos de execuções judiciais, trabalho de prevenção por meio de palestras/capacitações	<b>87.072</b>	<b>87.072</b>
Recursos Próprios	Projeto Potirendaba	Realizar serviços de acolhimento institucional para pessoas usuárias de substancias psicoativas e familiares e território em que os mesmos estão inseridos.	<b>85.108</b>	<b>85.108</b>
<b>Total</b>			<b>172.180</b>	<b>172.180</b>

## 9. GRATUIDADES CONCEDIDAS

Para atender os requisitos da legislação vigente a **COMUNIDADE TERAPEUTICA SÓ POR HOJE** atendeu durante o exercício de 2012 e de 2011 um público alvo de adolescentes e crianças carentes, conforme demonstrativo:

Projetos	2012		2011	
	Média de Beneficiários	Valores em Reais	Média de Beneficiários	Valores em Reais
Projeto CARA	93	213.407	164	200.288
Projeto CASA – LAR-municipal	11	147.377	6	145.267
Projeto CASA – LAR-estadual	11	26.000		
Projeto Votorantin – CMDCA	67	119.939	47	149.988
Projeto Prisma – municipal	111	80.848	60	67.829
Projeto Prisma – estadual	111	136.800	60	136.800
Fundação CASA – Mirassol Estadual	137	1.734.662	90	1.494.470
Fundação CASA – Tanabi Estadual	100	1.905.538	151	1.394.248
Projeto CONDECA	-	-	80	199.977
CMDCA REF. 2011	-	-	230	15.000
Projeto DOAR	120	87.072	120	113.897
Projeto Potirendaba	32	85.108	-	
<b>Total</b>	<b>793</b>	<b>4.536.751</b>	<b>1.008</b>	<b>3.917.764</b>

## 10. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2012 e de 2011, correspondem aos montantes de R\$ 505.785 e de R\$ 474.264 respectivamente.

## 11. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 a Entidade demonstrando o valor da renuncia fiscal com sua atividade como se a obrigação devida fosse, conforme abaixo:

Descrição	2012
	R\$
INSS Quota Patronal	375.214
INSS RAT	18.760
INSS Terceiros	108.811
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	24.732
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	11.063
ISS sobre receitas	3.625
PIS sobre receitas	13.119
COFINS sobre receitas	2.848
IPVA	1.963
<b>Total</b>	<b>560.135</b>

## 12. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante o exercício de 2012 a Entidade apurou um custo de R\$ 46.357 decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

## 13. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 14. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade não mantém cobertura de seguros para eventuais perdas patrimoniais.